

Banco do Povo – Crédito Solidário

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes**

Em 31 de dezembro de 2014

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013	10

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:
Administradores e Conselheiros do
Banco do Povo – Crédito Solidário
Santo André – SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco do Povo – Crédito Solidário (Associação) compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do superavit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Banco do Povo – Crédito Solidário é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

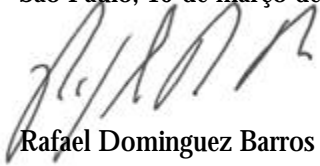
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Povo – Crédito Solidário em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 15 de março de 2015.



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Banco do Povo – Crédito Solidário

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	ATIVO		
	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	3	344	262
Operações de créditos	4	6.531	5.150
Outros créditos	-	20	14
Total do ativo circulante		<u>6.895</u>	<u>5.426</u>
Ativo não circulante			
Depósito judicial e cauções	7	10	10
Imobilizado			
Imobilizado em uso	5	61	53
Total do ativo não circulante		<u>71</u>	<u>63</u>
Total do ativo		<u><u>6.966</u></u>	<u><u>5.489</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco do Povo – Crédito Solidário

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	-	23	20
Empréstimos e financiamentos	6	982	738
Obrigações fiscais e previdenciárias	-	125	91
Recursos de convênios e parcerias	-	60	24
Outras obrigações	-	7	6
Total do passivo circulante		<u>1.197</u>	<u>879</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	6	2.810	3.108
Provisão para contingências e obrigações contratuais	7	4	4
Total do passivo não circulante		<u>2.814</u>	<u>3.112</u>
Patrimônio líquido	8		
Patrimônio social	-	1.498	796
Superavit do exercício	-	1.457	702
		<u>2.955</u>	<u>1.498</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>6.966</u></u>	<u><u>5.489</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco do Povo – Crédito Solidário

Demonstrações do superavit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita operacional bruta			
Receita operacional	9	2.929	2.175
Juros de mora ativos	-	63	51
Outras receitas	10	1.079	676
		----- 4.071	----- 2.902
Custos operacionais			
Pessoal	11.a	(988)	(863)
Captação de recursos	11.b	(211)	(238)
Perdas com empréstimos	11.c	(303)	(166)
Outros custos		(194)	(156)
		----- (1.696)	----- (1.423)
Superavit operacional líquido		----- 2.375	----- 1.479
Outras receitas/ (despesas) operacionais			
Pessoal	12.a	(587)	(448)
Despesas administrativas	12.b	(297)	(297)
Despesas tributárias		(6)	(6)
		----- (890)	----- (751)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		----- 1.485	----- 728
Despesas financeiras		(78)	(64)
Receitas financeiras		50	38
Resultado financeiro líquido		----- (28)	----- (26)
Superavit do exercício		----- 1.457	----- 702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco do Povo – Crédito Solidário

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos e 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superavit do exercício</u>	<u>Total do patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	507	289	796
Transferência patrimonial	289	(289)	-
Superavit do exercício	-	702	702
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>796</u>	<u>702</u>	<u>1.498</u>
Transferência patrimonial	702	(702)	-
Superavit do exercício		1.457	1.457
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>1.498</u>	<u>1.457</u>	<u>2.955</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco do Povo – Crédito Solidário

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Atividades operacionais		
Superavit do exercício	1.457	702
(+) Depreciação e amortização	14	12
(+) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	303	166
(=) Superavit ajustado	<u>1.774</u>	<u>880</u>
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos e passivos		
Acrécimo de operações de crédito	(1.684)	(1.260)
Acrécimo/ decréscimo de outros créditos	(6)	(9)
Acrécimo de depósito judicial	-	(6)
Acrécimo de fornecedores	3	15
Acrécimo de obrigações fiscais e previdenciárias	35	28
Acrécimo de recursos de convênios e parcerias	36	24
Acrécimo de outras obrigações	-	6
Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais	<u>158</u>	<u>(322)</u>
Atividades de investimento		
Aquisições no imobilizado	(22)	(22)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(22)</u>	<u>(22)</u>
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	(54)	(276)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	<u>(54)</u>	<u>(276)</u>
Aumento / (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>82</u>	<u>(620)</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo existente no início do exercício	262	882
Saldo existente no final do exercício	344	262
Aumento / (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>82</u>	<u>(620)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

1.1. Banco do Povo – Crédito Solidário (Associação), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com fins não econômicos, de natureza assistencial, com sede e foro no Município de Santo André, Estado de São Paulo, tendo seus atos de constituição arquivados no 1º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Santo André em 12/05/1998, com sua última alteração ocorrida em 25/05/2012.

1.2. O Banco do Povo – Crédito Solidário tem por objetivo:

- facilitar o acesso de pequenos e micro-empresendedores, associados ou não, a crédito financeiro, visando o crescimento e a consolidação de empreendimentos de pequeno porte, formais ou informais, a fim de fomentar o desenvolvimento sócio-econômico equilibrado;
- promover pesquisas relacionadas ao previsto no parágrafo anterior;
- proporcionar consultorias técnicas a outras instituições que possuam os mesmos objetivos no país ou no exterior.

1.3. A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação do Banco do Povo – Crédito Solidário, atualmente é formada por:

- três representantes da Prefeitura de Santo André;
- um representante da Associação Comercial e Industrial de Santo André;
- um representante do Sindicato dos Bancários do ABC ou Sindicato dos Metalúrgicos do ABC;
- três representantes da Prefeitura de Mauá;
- dois representantes da Prefeitura de Diadema;
- um representante da Prefeitura de Ribeirão Pires;
- dois representantes da Associação Padre Leo Comissari.

1.4 O conselho de administração é formado por:

- Um representante da Acisa;
- Um representante dos Sindicatos dos Bancário do ABC ou Sindicato dos Metalúrgicos do ABC;
- Um representante da Padre Léo;
- Um representante do SEBRAE;
- Três representantes de notório saber:

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem as normas NBCT1000 e ITG 2002 aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas para emissão em reunião realizada pelos membros do Conselho de Administração em 15 de março de 2015.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em real e foram arredondadas para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

Todas as receitas e as despesas estão demonstradas, obedecendo ao regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

c) Operações de crédito

Estão avaliadas no momento inicial pelo valor de concessão, somados as tarifas de abertura de crédito e posteriormente atualizadas pela taxa de juros da transação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização das operações de crédito.

O critério padrão para cálculo do valor a ser lançado na conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é o modelo indicado pelo Banco Central.

d) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da respectiva depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 5.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f) Estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências e depreciação do ativo imobilizado. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações.

g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- i) Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;
- ii) Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em

nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e/ ou divulgados;

iii) **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

h) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem operações de crédito e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, bem como contas a pagar e outras dívidas.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Associação, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Associação tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Associação compreendem as operações de crédito, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivativos referem-se a captações de empréstimos.

Estes passivos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação incorridos e são subsequentemente avaliados pelo seu custo amortizado, com base no método da taxa de juros efetiva.

Da mesma forma, portfólios de operações de crédito e adiantamentos cedidos com cláusula de coobrigação são mantidos no balanço e uma obrigação é registrada considerando o montante captado. Os ganhos e perdas apurados nas operações de cessão com coobrigação são reconhecidos no resultado ao longo do prazo das operações por meio do método da taxa efetiva de juros.

i) Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração da Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Estão compostos da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Banco conta movimento e caixa	295	257
Aplicações financeiras (*)	49	5
Total	344	262

(*) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são representadas por operações de aplicação Invest Plus do Banco Bradesco e pela aplicação BB CP 50 mil do Banco do Brasil S/A, a remuneração média dessas aplicações durante o exercício acompanharam a rentabilidade do CDI.

4. Operações de crédito

O saldo do grupo de contas de operações de crédito está composto da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Empréstimos		
Carteira própria	7.425	5.755
(-) Juros a apropriar	(726)	(547)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(168)	(58)
Total	6.531	5.150

a) Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	2014	2013
Setor privado		
Capital de giro	6.530	5.144
Desconto de cheques	1	6
Total	6.531	5.150

b) Diversificação da carteira por vencimento (por parcelas)

	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas até 15 dias	31	0,48	33	0,64
Vencidas a partir de 15 dias	106	1,62	102	1,98
A vencer até 03 meses	4.139	63,37	3.080	59,81
A vencer de 03 a 12 meses	2.255	34,53	1.935	37,57
Total	6.531	100,00	5.150	100,00

c) Diversificação bruta da carteira por nível de concentração

	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	16	0,24	13	0,25
50 seguintes maiores devedores	122	1,87	77	1,50
100 seguintes maiores devedores	392	6,00	288	5,59
Demais devedores	6.001	91,88	4.772	92,66
Total	6.531	00,00	5.150	100,00

Esta rubrica compreende os créditos concedidos a título de empréstimos destinados ao atendimento da necessidade de capital de giro (limitado ao máximo de R\$ 8 e prazo de pagamento máximo de 12 meses) e de desconto de cheques e de títulos (limitado ao máximo de R\$ 5 e prazo de pagamento de até 02 meses).

Devido as festas de fim de ano o Banco do Povo – Crédito Solidário limitou as liberações de crédito ao dia 15 de dezembro, quando a carteira de crédito atingiu o valor de R\$8,2 milhões. Os vencimentos desta carteira possuem periodicidade semanal e quinzenal, assim após 15 de dezembro o Banco do Povo – Crédito Solidário apenas recebeu as parcelas com vencimento no período, fechando o exercício com a carteira ativa R\$ 6.531 (R\$ 5.150 em 2013).

Os encargos sobre os empréstimos concedidos e desconto de cheques e títulos possuem taxa de juros de 3,9% a.m.

No exercício de 2014 foram registradas perdas com operações de crédito no montante de R\$ 103 (R\$ 61 em 2013), conforme Nota Explicativa nº 11.c.

Vide movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa durante o exercício de 2014 e 2013:

	2013	Constituição de provisão	Baixas	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(58)	(168)	58	(168)
Total	(58)	(168)	58	(168)

	2012	Constituição de provisão	Baixas	2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5)	(58)	5	(58)
Total	(5)	(58)	5	(58)

5. Imobilizado

O ativo imobilizado da Associação, está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades. O saldo do ativo imobilizado está composto da seguinte forma:

Descrição	% – Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2014	2013
Veículos	20	34	(18)	16	23
Móveis e utensílios	10	24	(9)	15	11
Máquinas e Equipamentos	10	4	(0)	4	0
Instalações	10	12	(12)	-	-
Equipamentos de informática	20	84	(58)	26	19
		158	(98)	61	53

A movimentação do imobilizado em 2014 pode ser assim apresentada:

Descrição	2013	Adições	Baixas	Depreciação do exercício	2014
Veículos	23	-	-	(7)	16
Máquinas e Equipamentos	0	4	-	-	4
Móveis e utensílios	11	6	-	(2)	15
Equipamentos de informática	19	12	-	(5)	26
	53	22	-	(14)	61

A movimentação do imobilizado em 2013 pode ser assim apresentada:

Descrição	2012	Adições	Baixas	Depreciação do exercício	2013
Veículos	30	-	-	(7)	23
Móveis e utensílios	5	7	-	(1)	11
Equipamentos de informática	8	15	-	(4)	19
	43	22	-	(12)	53

6. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Remuneração % a.a.	2014	2013
Antecipação de recebíveis com coobrigação – Banco Itaú (a)	6,00	676	728
BNDES Solidário (b)	5,9	3.116	3.116
Banco do Brasil S.A. Ag 264-X C/C 80910-1	-	-	2
		3.792	3.846
Parcela circulante		982	738
Parcela não circulante		2.810	3.108

Composição dos empréstimos por vencimento

Vencimentos	2014	2013
Até 12 meses	982	738
Vencimentos em 2015	-	298
Vencimentos em 2016	1.078	1.078
Vencimentos em 2017	1.078	1.078
Vencimentos em 2018	654	654
Total	3.792	3.846

- (a) A operação de antecipação de recebíveis realizada junto ao Banco Itaú, possui vencimentos previstos até o mês de abril de 2015. Esta operação foi realizada com coobrigação do Banco do Povo caso ocorram atrasos nas liquidações dos recebíveis;
- (b) A captação de empréstimo obtido junto ao BNDES foi liberada em duas “tranches”, no montante de R\$ 688 e R\$ 812, com período de carência para pagamento do principal por vinte e quatro meses, contados a partir da liberação dos recursos que ocorreram em março e maio de 2010, respectivamente. Após o período de carência a operação será amortizada em 36 parcelas mensais.

No ano de 2012 houve nova captação de empréstimo obtido junto ao BNDES e liberada em duas “tranches”, no montante de R\$ 1.000 e R\$ 733 com período de carência para pagamento do principal por vinte e quatro meses, contados a partir da liberação dos recursos que ocorreram em novembro e dezembro de 2012, respectivamente. Após o período de carência a operação será amortizada em 36 parcelas mensais.

Em maio de 2012 houve uma prorrogação da amortização do principal do empréstimo efetuado no ano de 2010 por 36 (trinta e seis) meses, mantendo as demais condições do contrato.

7. Provisão para contingências e obrigações contratuais

Durante o curso normal de suas atividades, a Associação está exposta a certas contingências e riscos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Associação não possui ações passivas e ativas. A Associação possui obrigações contratuais referentes aos contratos de aluguel no montante de R\$ 4 (R\$ 4 em 2013) e respectivos depósitos caução de aluguéis de imóveis das unidades no montante de R\$ 10 (R\$ 10 em 2013), os quais estão suportados por depósitos bancárias nas contas correntes dos proprietários dos imóveis alugados, e cuja devolução se fará no término do contrato de locação.

8. Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social da Associação em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é constituído pelo aporte financeiro de seus associados, por empréstimos de agências de financiamento e por doações recebidas, acrescido/ (reduzido) dos superávits/ (deficits) acumulados.

Conforme o Estatuto Social da Associação, em nenhuma hipótese os aportes financeiros feitos pelos associados lhes serão devolvidos (Artigo 5º, § 4º do estatuto), exceto nos casos em que o convênio não seja concretizado. Estes recursos destinam-se, exclusivamente, à concessão de créditos.

9. Receita operacional

As receitas operacionais no montante de R\$ 2.929 (R\$ 2.175 em 2013), referem-se a juros das operações de microcrédito no montante de R\$ 2.308 (R\$ 1.702 em 2013) e taxa de administração no montante de R\$ 621 (R\$ 473 em 2013).

10. Outras receitas

As outras receitas no montante de R\$ 1.079 (R\$ 676 em 2013), referem-se substancialmente a doações recebidas do exterior R\$ 971 (R\$ 619 em 2013) e recuperações de créditos, despesas e outras receitas R\$ 108 (R\$ 57 em 2013).

11. Custos operacionais

a) Pessoal

O saldo de custos com pessoal R\$ 988 (R\$ 863 em 2013), referem-se substancialmente a custos com salários e ordenados, encargos sociais e benefícios concedidos aos colaboradores que atuam nas áreas operacionais da Associação.

b) Captação de recursos

Os valores relacionados a custos com captação de recursos no montante de R\$ 211 (R\$ 238 em 2013) contemplam, substancialmente, a juros sobre empréstimos e sobre operações de desconto de títulos junto a instituições financeiras privadas.

c) Perdas com empréstimos

No exercício de 2014 foram registradas perdas com operações de crédito no montante de R\$ 103 (R\$ 61 em 2013), conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2014	2013
Provisão com crédito de liquidação duvidosa		
Provisão com crédito de liquidação duvidosa	(168)	(58)
Despesas com perdas de operações de crédito	(103)	(61)
Despesas com subsídios	(32)	(47)
	(303)	(166)

12. Outras despesas operacionais

a) Pessoal

O saldo de despesas com pessoal R\$ 587 (R\$ 448 em 2013), referem-se substancialmente a despesas com salários e ordenados, encargos sociais e benefícios concedidos aos colaboradores que atuam nas áreas administrativas da Associação.

b) Despesas administrativas

O saldo despesas administrativas no montante de R\$ 297 (R\$ 297 em 2013), referem-se, substancialmente, a serviços de consultoria e assessoria, serviços contábeis, viagens e representações.

13. Gestão de riscos

Considerações gerais e políticas

A Associação possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão são responsabilidade da diretoria, que se utiliza de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Risco de liquidez

É o risco que a Associação irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido, em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras.

14. Partes relacionadas**Remuneração de administradores**

Os administradores da Associação são remunerados por meio de salários e registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, em 2014 o total de remuneração foi de R\$ 288 (R\$ 206 em 2013). Não há remuneração, direta ou indireta de conselheiros.

A Administração da Associação não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo para a diretoria e Administração.

15. Seguros (não auditado)

A Associação possui seguros contratados em vigor em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, considerados pela Administração, suficientes para a cobertura de seus ativos e dos seus riscos operacionais. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Associação.

* * *

Diretoria Executiva do Banco do povo Crédito Solidário

Diretor Executivo

Almir da Costa Pereira

Diretor Administrativo Financeiro

Fabio Mascui Rodrigues

Conselho de Administração do Banco do Povo Crédito Solidário

Dirigentes e Titulares do Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Luiz Silvério Silva

1º Vice-presidente do Conselho de Administração

Otoni Pedro de Lima

2º Vice-presidente do Conselho de Administração

Anderson Guimarães da Silva

Gentil Carlos Morin

Maria do Carmo Romeiro (Notório Saber)

Gustavo Adolfo Galati de Oliveira (Notório Saber)

Suplentes do Conselho de Administração

José Paulo da Silva Nogueira

Ailton Galdino de Almeida

Aleto José de Souza

Membros do Conselho Fiscal

Hildo Soares de Souza

Aguinaldo Luis de Lima

Ricardo Magalhães Rodrigues

Conselho de Administração

Dirigentes do Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Luiz Silvério Silva

1º Vice-presidente do Conselho de Administração

Otoni Pedro de Lima

2º Vice-presidente do Conselho de Administração

Anderson Guimarães da Silva

Membros Titulares do Conselho de Administração

Gentil Carlos Morin

Maria do Carmo Romeiro (Notório Saber)

Gustavo Adolfo Galati de Oliveira (Notório Saber)

Suplentes do Conselho de Administração

José Paulo da Silva Nogueira

Ailton Galdino de Almeida

Aleto José de Souza

Membros do Conselho Fiscal

Hildo Soares de Souza

Aguinaldo Luis de Lima

Ricardo Magalhães Rodrigues